

O telejornalismo e a abordagem da temática indígena ¹

Mônica Panis KASEKER²

Katia Andressa PERUZI³

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

RESUMO

Nos últimos anos, experienciamos, de forma inédita no Brasil, o maior protagonismo indígena em cargos políticos e em produções artístico-culturais. Este artigo problematiza o tratamento da temática indígena pelo telejornalismo diário, à medida em que este se vê desafiado pela maior interlocução com fontes indígenas. A partir de pesquisa teórica e documental, fundamenta-se em autores que refletem de forma crítica sobre a prática jornalística, como Moraes (2022), Veiga da Silva (2015) e Luciano Baniwa (2006). Conclui-se que as maiores dificuldades se referem à competência cultural dos jornalistas não indígenas nessa abordagem, assim como a limitação de tempo nas rotinas de produção de notícia.

PALAVRAS-CHAVE: telejornalismo; indígenas; fontes; competência cultural.

Introdução

Nos últimos dois anos, jornalistas têm sido desafiados pela maior interlocução com indígenas, a partir de sua presença, de forma inédita no Brasil, em cargos políticos e sendo protagonistas em diversas áreas, como em produções artístico-culturais. Na política, por exemplo, Sônia Guajajara se tornou a primeira ministra indígena brasileira e Joênia Wapichana, a primeira presidenta da Funai. Já na cultura, Ailton Krenak foi o primeiro indígena a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras e Daniel Munduruku passou a ser consultor indígena de telenovela da Rede Globo. Trata-se de um novo momento, que inaugura a maior presença indígena na mídia como fontes jornalísticas e isso reflete também no telejornalismo.

Essa interação entre indígenas e jornalistas é algo que está se firmando nas últimas décadas, principalmente após a promulgação da Constituição de 1988. Antes disso, os povos originários eram submetidos ao regime de tutela, uma legislação que o Estado utilizava para subordinar os indígenas e que teve início com o Serviço de Proteção ao

¹ Trabalho apresentado no GP Telejornalismo, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista e docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e da Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Londrina, email: mkaseker@uel.br.

³ Jornalista e mestranda em Comunicação na Universidade Estadual de Londrina, email: katia_peruzi@hotmail.com.

Índio (SPI) em 1916. Os indígenas eram classificados como “incapazes” e, por isso, ficavam “sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará à medida que se forem adaptando à civilização do País” (BICALHO, 2010, apud KASEKER, OTA, 2024, p. 2). A tutela deixa de ser entendida como proteção e assistência, e passa a afirmar uma incapacidade civil e intelectual desses povos, sendo oprimidos e silenciados pelo SPI, que passou a ser a representante oficial e porta-voz dentro e fora do Brasil, ampliando os estereótipos e as diferenças (LUCIANO, 2006).

Criada durante a Ditadura Militar, em 1967, a Fundação Nacional do Índio (Funai), que é uma reformulação do SPI, continuou a tratar o indígena como uma vítima: “sem tutor ou protetor os índios não conseguiriam se defender, se proteger, se desenvolver e sobreviver” (LUCIANO, 2006, p. 35). Além disso, com a Funai, os povos originários não podiam sequer circular entre as aldeias, para tudo dependiam de autorização oficial e eram impedidos de se mobilizarem contra o Estado (OLIVEIRA E FREIRE, 2006).

Durante todos estes anos, a tutela também refletiu na produção jornalística, pois os indígenas não eram entrevistados e nem vistos como fontes, o diálogo era mediado pelo Estado. A Constituição de 1988 mudou o curso da história brasileira e reconheceu os povos originários como cidadãos brasileiros, conquista que fez com que passassem de incapazes a protagonistas (LUCIANO, 2006). Isso possibilitou a mudança nas abordagens das temáticas relacionadas aos originários e no relacionamento com a mídia, passando a serem sujeitos comunicacionais e podendo “através de muitas lutas, cada vez mais conquistar poder de fala e representatividade no telejornalismo” (KASEKER, OTA, 2024, p. 10).

O telejornalismo

Devido à demora na interação entre mídia e povos indígenas, várias dificuldades foram, e ainda são, registradas por parte dos jornalistas, inclusive pela falta de conhecimento da realidade indígena, o que reflete em como sua competência cultural é delineada. A diversidade dos povos indígenas no Brasil não é representada pelas mídias hegemônicas, que “têm construído e reproduzido visões estereotipadas e genéricas” (KASEKER, OTA, 2023, p. 13) e as trata, muitas vezes, com preconceitos e sem escutar essas vozes.

Galassi, Kaseker e Ribeiro (2022) analisaram a representação dos indígenas desde as primeiras adaptações da literatura para o cinema, até as telenovelas brasileiras e

observaram que a visão colonialista reproduz estereótipos e preconceitos até a atualidade. Nessa perspectiva hegemônica, as autoras identificaram que os indígenas aparecem em diferentes discursos e narrativas como atrasados, bárbaros, bons selvagens, exóticos, integrados/aculturados, não humanos, preguiçosos, sensuais e invasores. Outro problema muito frequente é a representação dos indígenas de forma genérica, desconsiderando a riqueza e complexidade presentes entre os 266 povos existentes no Brasil (IBGE, 2024).

A rotina do jornalista televisivo com noticiário diário, as pressões e a precarização do trabalho fazem com que, muitas vezes, os profissionais da comunicação deixem de lado reflexões importantes e sigam o objetivismo impregnado no fazer jornalístico, e isso acaba se tornando um problema para que eles trabalhem com questões interculturais. Mas, segundo Moraes (2022, p. 9), essa pressa em noticiar e o pouco tempo de exercício dos profissionais não podem ser desculpa para explicar questões como a permanência do racismo e do classismo comuns nos veículos diários, tampouco a exotificação de populações como as indígenas. O jornalismo, responsável por tornar público assuntos de interesse da sociedade, necessita urgentemente olhar com mais cuidado para os povos indígenas e suas histórias, “não mais com um olhar “colonizador”, mas colocando a pessoa humana – e, neste caso, aquele que ocupa o lugar do Outro – no centro da questão” (URQUIZA, 2015, p. 14).

O “não olhar ou do olhar precário” do outro está naturalizado, e isso é organizado por uma forma colonial muito enraizada no fazer jornalístico, pois são exigidos dos repórteres objetividade e neutralidade e, com isso, não há discussões raciais e de gênero (MORAES, 2022). A objetividade é necessária para a realização de procedimentos básicos ao fazer notícias, mas o problema acontece quando a objetividade é “assentada em uma racionalidade que se coloca como universalista, construída sobre ideais humanistas racializados, generificados, sobre uma racionalidade que construiu um “normal” e um “Outro”” (MORAES, 2022, p. 13).

A objetividade causa mal-entendidos nas redações, pois, no senso comum, ela é entendida como antônimo da subjetividade. “O suposto distanciamento entre o jornalista-observador e o fato-objeto observado não impede que pontos de vista, história, formação, orientação da linha editorial, entre outros fatores, interfiram na produção da notícia” (IJUIM, 2023, p. 84).

Logo, uma prática mais “reflexiva e situada” precisa ser usada pelos jornalistas, para que a utilização imoderada do jornalismo objetivo passe a dar espaço ao jornalismo

de subjetividade, compreendendo que eles não produzam e reproduzam um saber “descorporificado” (MORAES, 2022).

O jornalismo deveria então evitar usar o binarismo para explicar e traduzir o que acontece no mundo, porque a reportagem deve ir além de “ouvir os dois lados”, deve informar criticamente o público. No telejornalismo, em especial, há a cultura que tudo deve ser dito de forma simples e objetivo para que a maior parte da população compreenda o que é falado, mas equilibrar o simples e não ser raso é difícil, “escrever com simplicidade e construir um texto crítico e criativo é um constante desafio, pois as matérias, muitas vezes, tornam-se superficiais” (BECKER, 2005, p. 73).

Os critérios de objetividade utilizados pelo jornalismo não são capazes de ouvir mais mulheres, negros e indígenas “principalmente enquanto especialistas, como dotadas de um saber socialmente mais valorizado” (MORAES, 2022, p. 15). É a partir das fontes que o jornalista faz suas confirmações para poder produzir as notícias e informar o espectador, sendo as fontes oficiais preferidas da imprensa “pela influência, poder e acesso facilitado as pautas da mídia, sendo que a elas é dado o maior poder de fala” (SCHMITZ, 2011, apud KASEKER, OTA, 2023, p. 9).

Pierre Bourdieu (1997) faz críticas ao jornalismo de televisão problematizando o critério de escolhas das fontes. Ele chama de *fast-thinkers* os especialistas que pensam em alta velocidade e que são os escolhidos pelos jornalistas, não apresentando um pensamento crítico. E os “habitués da mídia” são, para Bourdieu, as pessoas que aparecem com frequência nos noticiários e já estão na agenda dos jornalistas para falar sobre determinados assuntos. Com isso, pessoas que deveriam ser ouvidas deixam de ser procuradas (BOURDIEU, 1997, p. 41). Outro problema em relação a isso é evidenciado por Emerim, que diz que “muitos dos entrevistados não estão lá para fornecer informações; a sua mera presença já é a informação pela qual os telespectadores anseiam: são as celebridades” (EMERIM, 2008, p. 21).

O telejornalismo, por ocupar um lugar de destaque, é muito utilizado por pessoas que buscam informações sobre o mundo (CORREIA; VIZEU, 2008) e sabe-se que ele é um grande formador de opiniões e conceitos (PORCELLO, 2006). É indiscutível que, por trás da notícia há o olhar do cinegrafista, a ótica do repórter e o recorte da edição, e cabe aos profissionais “escolher certo, com responsabilidade, critério, ética, e, principalmente, honestidade” (PORCELLO, 2006, p. 82).

Algumas regras precisam ser seguidas pelos jornalistas para dar conta de exigências de quem trabalha na televisão, como o tempo máximo da duração de uma matéria (EMERIM, 2010), e há a intenção por parte dos mesmos de reter a atenção do público, evitando que ele mude de canal pela falta de interesse (PORCELLO, 2006).

Em busca de uma maior agilidade no momento de fazer a reportagem, há o risco de impor um ritmo inadequado à entrevista, em que o jornalista “até mesmo preestabelece as respostas: o interlocutor é conduzido a tais resultados” (MEDINA, 2011, p. 6, apud KASEKER, OTA, 2023, p. 11). Tais comportamentos são os mesmos com os indígenas, sendo, de certa forma, impedidos de apresentar os seus próprios pensamentos.

Para haver uma mudança nestes comportamentos, não deve ficar a cargo apenas da reportagem pensar em um jornalismo de subjetividade, mas de toda a produção jornalística e, para além disso, deve acontecer ainda na universidade, as disciplinas tanto de jornalismo como do campo da comunicação devem evidenciar a reflexividade (MORAES, 2022).

Marcia Veiga da Silva (2015), em sua tese de doutorado, passou por salas de aula da graduação de jornalismo em duas universidades federais brasileiras. Ela percebeu que as recomendações de uma prática reflexiva para que o aluno tivesse alteridade e uma abertura para o Outro não faziam parte de uma política pedagógica institucional, mas que partiam apenas de alguns professores. O problema é que não tendo esta previsão didático-pedagógica institucionalizada como parte da política de ensino-aprendizagem, mesmo que sem perceber "o professor pode vir a ser um mediador inconsciente dos estereótipos se for formado com uma visão acrítica das instituições e por uma ciência tecnicista e positivista, que não contempla outras formas de ação e reflexão" (SILVA, 2005, p. 24, apud SILVA, 2015, p. 161). E isso deixa os alunos sujeitos a potencializar os valores hegemônicos e aos binarismos “das convenções sociais de certo/errado, normal/anormal, poder/subordinação”, o que poderia ser quebrado com a prática reflexiva (SILVA, 2015).

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista [machista, sexista, classista, ente outras] na qual foram socializados. (MUNANGA, 2005, p. 17, apud SILVA, 2015, p. 161)

É importante a perspectiva normativa nas aprendizagens dos jornalistas, como o conhecimento sobre os manuais de redação, mas deve haver uma permanente reflexão crítica acerca das interferências da subjetividade dos profissionais, e os conceitos que fundaram o jornalismo, como objetividade e imparcialidade devem ser problematizados de forma suficiente (SILVA, 2015). Se os jornalistas começarem a ter capacidade de fazer novas perguntas, sem indagações que esperam respostas simplistas para temas complexos, e pautar novas perspectivas de pensamentos, será possível produzir conhecimentos e gerar mais reflexão e criticidade aos telespectadores (MEDITSCH, 2012, apud SILVA, 2015, p. 266).

Devido ao aumento de relações no mundo digital, as pessoas estão cada vez mais interagindo e discutindo questões como o racismo e o preconceito, se tornando cada vez menos possível o se apartar de assuntos como estes em busca da objetividade tal qual delineada historicamente. Para Moraes (2022), a mudança nas redações deve começar pela pauta, sendo ela o que dá forma ao conteúdo jornalístico oferecido ao público, organizando e hierarquizando pessoas e discursos. É pela pauta que é possível começar a colocar em prática tanto questionamentos mais reflexivos e críticos, como novos entrevistados que serão vistos em reportagens (MORAES, 2022).

Considerações finais

Até recentemente, o jornalismo brasileiro tinha pouca interação direta com os povos indígenas e, com isso, evidencia-se que a visão colonialista com que o Estado os tratou refletiu na produção da mídia de massa, muitas vezes com preconceito e deixando de ouvir essas vozes. Outros hábitos enraizados na cultura do fazer jornalismo também contribuem com a forma com que os indígenas são tratados e retratados, como o pouco tempo para produzir as matérias, a forma com que as entrevistas são conduzidas e a busca por fontes oficiais ou recorrentes. A formação dos jornalistas ainda na universidade também influencia na forma distante e superficial com que é tratada essa temática.

É necessária a superação da visão eurocêntrica no jornalismo para que os povos indígenas tenham um maior protagonismo nas produções telejornalísticas. Mudar as representações sociais preconceituosas que estão em circulação é uma tarefa difícil de ser feita, pois “é preciso lembrar que não se trata apenas de circunscrever as palavras, no plano simbólico, mas também de reestruturar as configurações que se enraízam no imaginário” (CABRAL, 2013, p. 80). Não é possível “esvaziar-se” e “isentar-se” de

preconceitos e estereótipos, deve haver uma reflexão sobre como “uma perspectiva anterior, fundadora, que nos ensinou, por exemplo, que a voz de uma indígena traz uma experiência particular, enquanto a do homem branco é científica, racional e universal” (MORAES, 2022, p. 62). Ao tentar "esvaziar-se" de preconceitos só posterga cada vez mais a reflexão do que deixamos de encarar, até mesmo como sociedade.

É importante situar que as reflexões apresentadas neste artigo fazem parte de uma investigação de mestrado em fase inicial, que se baseiam em pesquisa bibliográfica e documental. Em uma próxima etapa, pretende-se entrevistar jornalistas sobre sua prática e as questões levantadas até então.

REFERÊNCIAS

BECKER, Beatriz. **A Linguagem do Telejornal**: um estudo da cobertura dos 500 anos do Descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997.

CABRAL, Nara Lya Simões Caetano. **Mídia, controle discursivo e liberdade de expressão**: o politicamente correto como princípio regulador. Universidade do Minho, Braga, 2013. Disponível em: http://lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/1687. Acesso em: 22 out. 2022.

CORREIA, João Carlos; PEREIRA JR, Alfredo Eurico Vizeu (org.). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

EMERIM, Cárilda. **A produção da entrevista na tevê**. *Animus* (Santa Maria), Vol. 13, p. 11-25, 2008.

_____. **O texto na reportagem de televisão**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS, 2010.

KASEKER, M.; GALASSI, A.N.; RIBEIRO, L.. **Autorrepresentação indígena como política de identidades em luta**. *MÍDIA E COTIDIANO*. Rio de Janeiro: UFF, 2022.

IBGE. **Censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022)**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html> Acesso em: 22 jun.2024.

IJUIM, Jorge Kanehide. **Apontamentos sobre a emergência de decolonizar o Jornalismo**. Pauta Geral - Estudos em Jornalismo, [S. l.], v. 10, n. 1, 2023. DOI: 10.5212/RevistaPautaGera.v.10.21874. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21874>. Acesso em: 30 maio. 2024.

HOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da Imagem Eurocêntrica**. Tradução: Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

KASEKER, Mônica; OTA, Angela. **O telejornalismo e o reconhecimento dos povos indígenas do Brasil como sujeitos comunicacionais**. Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación. N.º 152, sección monográfico, p. 155-171. 2023.

_____. **Mário Juruna e o movimento indígena**: as lutas dos povos originários para romper a barreira do silenciamento. Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. v. 5 n. 1, 2024.

LUCIANO BANIWA, Gersen. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MELO, Patricia Bandeira de. **Agenda e Discurso Midiático**: quando a minoria é notícia. O caso indígena na Imprensa em Pernambuco. In: FIDALGO, António; SERRA, Paulo (orgs). Ciências da Comunicação em Congresso na Covilhã: Campos da Comunicação. Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico – v. 4, p. 177-182. 2005.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. 1. ed – Porto Alegre [RS]: Arquipélago, 2022.

OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

PORCELLO, Flávio A. C. **Mídia e poder**: o que esconde o brilho luminoso da tela da TV? Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, núm. 31, diciembre, 2006, pp. 79-84. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2006.

SAMPAIO, Osias Ramos Arnaud. **Jornalismo Indígena e Jornalismo Indigenista**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da Imagem Eurocêntrica**. Tradução: Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SILVA, Marcia Veiga da. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

URQUIZA, Moema Guedes. **Para mudar esse jeito de falar de índio**: notícias jornalísticas e o olhar de educadores indígenas. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.